

DECRETO LEGISLATIVO N.º 452, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a aprovação da Instrução Normativa SCI – Sistema de Controle Interno n.º 06/2016, expedida pela Unidade Central de Controle Interno.

O Presidente da Câmara Municipal de Mantenópolis/ES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19, inciso II da Resolução 88/97 e,

Considerando o disposto na Resolução TC nº 227, de 25 de agosto de 2011, alterada pela Resolução TC nº 257, 07 de março de 2013, que aprovou o “Guia de Orientação para Implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública”;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica aprovada a Instrução Normativa SCI N.º 006/2016, de responsabilidade da Unidade Central de Controle Interno da Câmara Municipal de Mantenópolis, que dispõe sobre o exercício das demais atribuições específicas da Secretaria Geral de Controle Interno previstas nas legislações vigentes, fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. Caberá à unidade responsável a divulgação da Instrução Normativa ora aprovada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 22 de dezembro de 2016.

REINALDO DE FREITAS CAPAZ
Presidente

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº. 006/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Versão: 01

Aprovação em: 22 de dezembro de 2016.

Ato de aprovação: Decreto nº. 452/2016.

Unidade Responsável: Unidade Central de Controle Interno

CAPITULO I FINALIDADE

Art. 1º - Dispõe sobre o exercício das demais atribuições específicas da Secretaria Geral de Controle Interno previstas nas legislações vigentes.

CAPÍTULO II ABRANGÊNCIA

Art. 2º - A presente Instrução Normativa abrange toda a Unidade Central de Controle Interno no exercício de suas atribuições específicas prevista nas legislações vigentes.

CAPITULO III BASE LEGAL

Art. 3º - A presente Instrução Normativa tem como base legal a Constituição Federal de 1988, Constituição do Estado do Espírito Santo, Lei Municipal nº 1.442/2013, Resolução N.º 227/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, a Resolução nº 147/2013 da Câmara Municipal de Mantenópolis que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo e Instrução Normativa SCI N.º 001/2015 que dispõe sobre a produção de instruções normativas "*Norma das Normas*". Fundamentado nesses termos a Unidade Central de Controle Interno tendo como intuito de cumprir com os requisitos obrigatórios que estabelece a presente Instrução Normativa na prática de suas atividades.

CAPITULO IV PROCEDIMENTOS

Art. 4º - Efetuar estudos e propor medidas visando a promover a integração operacional do Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo;

Art. 5º - Efetuar análise e emitir orientação aos setores administrativos em caso de consultas formuladas na sua área de competência, com vistas à solução dos problemas relacionados;

Art. 6º - Propor metodologias para avaliação e aperfeiçoamento das atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo;

Art. 7º - Realizar a fiscalização nos setores administrativos, conforme métodos e critérios constantes nos roteiros de trabalhos elaborados;

Art. 8º - Requisitar dos setores administrativos, da Comissão Permanente de Licitação e da Comissão de Avaliação e Desempenho dos Servidores Relatórios de Controle de Gestão Administrativa;

Art. 9º - Apresentar ao Presidente da Câmara Municipal o Relatório Anual de Controle Interno, elaborado com base nos Relatórios de Controle de Gestão Administrativa apresentados;

Art. 10 - Elaborar o Relatório de Controle Interno a ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo quando da prestação de contas do Presidente da Câmara Municipal e de acordo com as determinações legais;

Art. 11 - Ter acesso a todos os documentos e arquivos referentes a patrimônio, pessoal, contabilidade, financeiro, orçamentário, operacional e afim, processos internos e todas as informações dos setores administrativos que julgar necessárias visando a instruir procedimentos de fiscalização;

Art. 12 - Apoiar o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo no exercício de sua missão institucional;

Art. 13 - Baixar Instrução Normativa para cada unidade administrativa;

Art. 14 - Fazer observar o Regimento Interno da Câmara Municipal;

Art. 15 - Tomar providências destinadas ao bom funcionamento do Poder Legislativo e do Controle Interno;

Art. 16 - Receber, despachar e providenciar correspondências do Controle Interno, distribuindo, de acordo com a natureza e fins, os papéis a ela remetidos;

Art. 17 - Requisitar, quando necessário, dos setores administrativos da Câmara Municipal os documentos ou informações necessárias às deliberações;

Art. 18 - Autenticar, para fins legais, cópia de documentos necessários para compor procedimentos administrativos internos da Câmara Municipal.

Art. 19 - Assessorar a administração nos aspectos relacionados com os controles internos e externos e quanto à legalidade dos atos de gestão;

Art. 20 - Receber denúncias, notificar os responsáveis, caso a irregularidade mantenha-se comunicar imediatamente o TCE/ES sob pena de responsabilidade solidária;

Art. 21 - Em caso de falta de informações em procedimentos, deve-se reportar à orientação da Legislação citada no “Capítulo III” desta instrução.

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 22 - O presente instrumento tem por objetivo direcionar e orientar as atribuições da Unidade Central de Controle Interno que exerce a função de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, conforme exigência da legislação vigente.

Art. 23 - A responsabilidade da Unidade Central de Controle Interno reside na coordenação técnica dos setores, entidades e Poderes, no que se refere à orientação quanto à instituição de rotinas internas, à observância dos princípios de controle interno, o inter-relacionamento entre os controles

que compõem o sistema, a análise dos controles quanto à relação custo-benefício e quanto à auditoria de verificação dos controles já instituídos, e, ainda em implantação conforme Resolução nº. 227/2011 do TCE/ES.

Esta instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Mantenópolis/ES, 22 de dezembro de 2016.

REINALDO DE FREITAS CAPAZ
Presidente da CMM

WEDERSON ALMEIDA CARDOSO
Controlador Interno da CMM

FLUXOGRAMA 01 – IN SCI 06

ROTINA: Demais atribuições da Unidade Central de Controle Interno, previstas nas legislações vigentes, sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo.

